



Relatório de Reunião com Recomendações

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 13/6/2019



ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DE REUNIÃO CONJUNTA

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

I – Apresentação

No dia 13/6/2019, as Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, receberam Marcelo Matte, secretário de Estado de Cultura e Turismo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

Comissão de Cultura: deputados Bosco (presidente da comissão e da reunião), Professor Wendel Mesquita (vice-presidente), Marquinho Lemos, Mauro Tramonte e João Leite (suplente) e Professor Cleiton (suplente).

Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputada Laura Serrano e deputado Virgílio Guimarães.

Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia: deputados Professor Irineu (presidente), Gustavo Mitre (vice-presidente), Professor Cleiton, Mauro Tramonte e Virgílio Guimarães.

Demais deputados presentes: deputadas Marília Campos e Andréia de Jesus e deputados Antônio Carlos Arantes, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Zé Guilherme, Coronel Henrique.

Equipe da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo: Solanda Steckelberg, secretária adjunta de Cultura; Felipe Amado, superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura; Eliane Parreiras, presidente da Fundação Clóvis Salgado; Michelle Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; Ronan Scoralick Abdo, presidente da Empresa Mineira de Comunicação; Ana Tereza Fernandes, chefe de Gabinete da Secult; Mariana Pacheco Simão, superintendente de Gastronomia e Marketing Turístico; Lucas Fainblat, assessor de Gestão Estratégica e Inovação; Clarice Menicucci, assessora de Comunicação.

III – Discussões

O Secretário de Estado de Cultura e Turismo fez um panorama das políticas públicas de cultura e turismo, ressaltou a importância e relevância dos marcos legais já existentes que instituem as diretrizes e metas para essas políticas.

Os parlamentares teceram considerações e sugestões para o incremento da atuação governamental nas áreas, que foram integralmente recepcionadas pelo secretário. Marcelo Matte solicitou, ainda, apoio dos deputados para a mobilização dos municípios e demais agentes públicos e privados de modo a somar esforços para a ampliação e a descentralização dessas políticas. Secretário e parlamentares salientaram os principais pontos de atenção, que listamos a seguir, para o desenvolvimento de programas e projetos dessas áreas.

Arcabouço normativo da área cultural

Todos reconheceram que as normas estaduais que versam sobre cultura são de boa qualidade. No entanto, há diversas determinações desses diplomas legais que ainda demandam ações por parte da administração pública para sua efetiva implementação: necessidade de promoção de esforços para a adesão dos municípios ao Sistema Estadual de Cultura; regulamentação do Programa Cultura Viva, criado pela [Lei nº 22.944, de 15/1/2018](#), com especial atenção para etnias indígenas e grupos afrodescendentes; e fortalecimento do Fundo Estadual de Cultura, de forma a equalizar o fomento às iniciativas da sociedade civil em todo o Estado.

Economia criativa

Foi discutida a necessidade de investir e promover a economia criativa como forma de diversificar a economia mineira e reduzir sua dependência de *commodities*. Dentro desse tema, os parlamentares afirmaram ser preciso implementar ações para promover o desenvolvimento regional dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e do Norte do Estado, de modo a aumentar o valor agregado de bens e serviços lá produzidos, tanto no que se refere ao artesanato, quanto no que diz respeito à extração de lítio, metal abundante na região do Jequitinhonha.

Incentivos fiscais

Ressaltou-se a necessidade de aprovação, por parte do Confaz, de convênio único para os incentivos fiscais para projetos culturais no âmbito do ICMS, demanda constante na Carta

Aberta dos Secretários de Estado de Cultura; e também a necessidade de ampliação do percentual destinado ao critério Turismo pela [Lei Estadual nº 18.030, de 2009](#), dada a importância estratégica dessa área para Minas Gerais.

Promoção do turismo em Minas Gerais

Apesar do alto potencial turístico de Minas Gerais, o secretário afirmou que o Estado recebe fração ínfima dos turistas internacionais (menos de 1%) que chegam ao Brasil. Ele listou como possíveis causas a baixa promoção e a pouca divulgação de locais de grande potencial do Estado como destino turístico, a dispersão de roteiros turísticos sem que se avalie sua real viabilidade econômica, a deficiência da sinalização e a dificuldade de acesso a pontos de interesse turístico, a ameaça da mineração sobre locais de grande importância cultural e natural, e o pouco mapeamento de rotas, festejos, bens culturais e naturais.

Já os parlamentares defenderam o fomento ao turismo religioso, sobretudo na Serra da Piedade, que, apesar de seu potencial, está ameaçada pela retomada de atividades de mineração, e ao turismo gastronômico, o que reforça a necessidade da certificação de diversos produtos. Além disso, também foi mencionada a necessidade de promover a conservação e incentivar o acesso a bens culturais protegidos com alto potencial turístico, como o Vapor Benjamin Guimarães, em Pirapora. Por fim, os parlamentares citaram as precárias condições viárias e de sinalização e falta de acessibilidade em diversos pontos turísticos e equipamentos culturais do Estado como entraves para a ampliação da atividade turística em Minas Gerais.

Ferrovias

Os parlamentares mencionaram a necessidade de proteção da memória ferroviária e da recuperação de bens culturais associados ao transporte ferroviário, já que Minas é o Estado com os maiores acervos em risco de degradação, como a Rotunda de Rio Vermelho. Também foi defendida a importância dos trens turísticos e o estabelecimento de novas rotas, com destaque para a linha Belo Horizonte – Brumadinho.

Empresa Mineira de Comunicação

O secretário afirmou que a continuidade da Empresa Mineira de Comunicação – EMC – é parte da política de comunicação de Estado, cujo objetivo é oferecer esse serviço de forma plena ao cidadão mineiro, bem como programação cultural isenta. Esclareceu, entretanto, que há

vários entraves jurídicos a serem resolvidos na instituição, como a unificação das carreiras (dos funcionários da TV e da Rádio, que eram de regimes jurídicos diferentes¹) e dos planos de cargos e salários, redação dos estatutos, revisão de contratos.

Rádio Inconfidência

Diversos parlamentares defenderam a manutenção da transmissão de sua programação na frequência AM, de modo a garantir o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos mineiros, sobretudo da população do campo. Além disso, se comprometeram a encaminhar os resultados dos debates já realizados na Assembleia Legislativa sobre possíveis soluções para a manutenção da transmissão AM.

Em resposta a esse pleito, o secretário apontou problemas técnicos, com destaque para as péssimas condições dos equipamentos de transmissão AM, a que se somam dívidas acumuladas e dúvidas quanto a titularidade de imóveis ocupados, entre outras questões, que justificariam o encerramento dessa atividade, com concentração dos esforços de melhoria da qualidade unicamente na transmissão da 100,9 FM.

No entanto, tendo em vista o interesse parlamentar na permanência da frequência AM, o secretário disse aguardar os resultados dos debates promovidos na Assembleia para reavaliar todo o processo. Assim, os deputados Bosco e Celinho do Sinttrocel, presidentes, respectivamente, da Comissão de Cultura e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, elaboraram o documento anexo, que consolida as demandas sobre essa temática para ser encaminhado ao Secretário.

V – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), as comissões apresentaram recomendações decorrentes da reunião na forma dos requerimentos a seguir.

Comissão de Desenvolvimento Econômico

- [RQN nº 1.7618/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para que o desenvolvimento da cadeia

¹ A Rádio Inconfidência já era uma empresa pública, enquanto que a TV Minas foi originalmente criada como uma fundação pública. Por causa dessa diferença de estatuto jurídico entre ambas – agora superada com o estabelecimento da EMC –, o regime funcional de seus servidores, entre outros aspectos da gestão, era distinto.

produtiva do lítio em Minas Gerais não compreenda apenas a atividade minerária, mas também seu beneficiamento e transformação em produto final.

Comissão de Cultura

- [RQN nº 1.771/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja formalmente constituído grupo de acompanhamento da implementação das ações e metas do Plano Estadual de Cultura – [Lei nº 22.627, de 31/7/2017](#) –, bem como publicado detalhamento dos objetivos já alcançados.
- [RQN nº 1.770/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja restaurada a Igreja de São Sebastião, em Araxá, inscrita desde 1979 nos Livros de Tombo Histórico das Obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e de Belas Artes do Estado de Minas Gerais.
- [RQN nº 1.767/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que seja restaurada a edificação que abriga o Museu Histórico de Araxá, construída no começo do século XIX, com características da arquitetura do período colonial mineiro e que contém acervo relevante sobre a história da região, bem como peças associadas à dona Beja.
- [RQN nº 1.764/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que os órgãos estaduais competentes, a Associação de Municípios do Lago de Furnas – Alago –, o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Águas – ANA – e a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. atuem conjuntamente para a manutenção do volume adequado do Lago de Furnas, de tal forma que moradores e turistas não sejam prejudicados.
- [RQN nº 1.769/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que, no programa de formação de agentes culturais para atuar no âmbito dos mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, sejam incluídos módulos destinados às empresas do interior do Estado que potencialmente possam ser patrocinadoras de projetos culturais e às suas assessorias jurídicas e contábeis.
- [RQN nº 1.766/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que volte a ser exposto no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves – o acervo dos bens artísticos que

foram retirados durante as obras de ampliação dos terminais e estariam hoje na sede da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero –, em Brasília.

- [RQN nº 1.768/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que solicite à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – avaliar a viabilidade de veicular nas mensagens de boas-vindas ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves – a indicação de que Santos Dumont nasceu no Estado e de sua importância para a aviação.
- [RQN nº 1.765/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a priorização do segmento do turismo religioso nas ações de promoção e produção turísticas realizadas por esse órgão.
- [RQN 1.979/2019](#) – Solicita que seja encaminhado ao Secretário de Estado de Cultura o documento anexo que consolida os resultados dos debates já realizados na Assembleia Legislativa sobre a situação da Rádio Inconfidência AM, com pedido de providências para avaliação da viabilidade das sugestões nele contidas.

Comissão de Turismo e Gastronomia

- [RQN nº 1.899/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a melhoria do acesso ao Parque Estadual do Rio Doce e da sinalização turística em seu interior, de forma a incrementar a sua visitação.
- [RQN nº 1.898/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – para a melhoria da infraestrutura de acesso ao Parque Estadual do Rio Doce.
- [RQN nº 1.901/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a manutenção de cota mínima do Lago de Furnas, de forma a não prejudicar sua exploração turística e, por consequência, a população de seu entorno.
- [RQN nº 1.900/2019](#) – (Anexada ao [RQN nº 1.764/2019](#)) – Pedido de providências à Agência Nacional de Águas – ANA – para a manutenção de cota mínima do Lago de Furnas, de forma a não prejudicar seus múltiplos usos, inclusive o turístico.

- [RQN nº 1.894/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para que viabilize políticas públicas de fomento e divulgação da gastronomia mineira.
- [RQN nº 1.895/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para revitalização das sinalizações dos circuitos turísticos do Sul de Minas.
- [RQN nº 1.894/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para o aumento de voos regionais para todo o Estado.
- [RQN nº 1.897/2019](#) – Pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – para a revitalização do acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra.

Sala das Reuniões, 3 de julho de 2019.

Deputado Bosco

Presidente da Reunião Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico
e de Cultura – Assembleia Fiscaliza

ANEXO

Relatório sobre a situação da Rádio Inconfidência AM – Empresa Mineira de Comunicação

O presente relatório, de autoria dos deputados Bosco e Celinho do Sinttrocel, presidentes, respectivamente, da Comissão de Cultura e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, consolida as discussões realizadas até o presente momento neste Parlamento sobre as questões atinentes ao funcionamento da Rádio Inconfidência e contém recomendações para manutenção da emissora, elaboradas a partir da escuta de especialistas em radiodifusão e de representantes da sociedade civil. Por oportuno, registramos que este documento atende a demanda manifesta pelo secretário de Cultura, Marcelo Matte, acerca das recomendações deste parlamento sobre o tema, em audiência pública conjunta das Comissões de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, realizada no dia 13/6/2019, no âmbito do Assembleia Fiscaliza.

Histórico da Rádio Inconfidência

A Rádio Inconfidência AM 880 foi fundada em 3/9/1936 com a função primordial de promover a integração de todo o território de Minas Gerais. Inicialmente se apresentando apenas como “PRI-3”, a rádio adotou, na sequência, seu primeiro *slogan*: “A voz de Minas para toda a América”. Desde seu lançamento, buscou estabelecer um canal efetivo de comunicação entre os produtores rurais mineiros ao criar o programa *A Hora do Fazendeiro*, considerado o mais antigo e tradicional programa de rádio do mundo ainda veiculado ao vivo e diariamente.

Em 1938 foi a primeira emissora de Minas Gerais – e acredita-se que do Brasil – a transmitir, de outro país, uma Copa do Mundo de Futebol, o que representou um marco na diversificação da grade de sua programação.

Nos anos 1950, fase áurea da Rádio Inconfidência, a emissora se destacou por trazer a Belo Horizonte artistas consagrados do cenário musical brasileiro como Orlando Silva, Carmem Miranda e Nelson Gonçalves.

Em 2/2/1979, foi criada a Inconfidência FM 100,9 – Brasileiríssima –, com o compromisso de valorizar o artista mineiro e brasileiro, difundindo somente o melhor da Música

Popular Brasileira. Em toda sua história, a rádio serviu de importante vitrine para os grandes nomes da música mineira, como a cantora Clara Nunes.

No período entre 2005 e 2007, a rádio recebeu investimentos substanciais do governo do Estado para realizar uma completa adequação física e tecnológica. Além da reforma das instalações e dos transmissores, a “nova” Rádio Inconfidência ganhou equipamentos de externas e de estúdios com tecnologia digital de última geração. Tudo para garantir uma operação isenta de falhas e com a mais alta qualidade de áudio.

Em 20/9/2016, a Lei Estadual nº 22.294 alterou a denominação de “Rádio Inconfidência Ltda.” para “Empresa Mineira de Comunicação” e extinguiu a “Fundação TV Minas Cultural”, fundindo assim a Radio Inconfidência e a Rede Minas. Tal medida foi um ganho para a comunicação pública do Estado ao possibilitar maior sinergia maior entre as duas instituições.

Em 12/6/2017, a Rádio Inconfidência mudou de sede, passando a operar no Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, ao lado da Rede Minas de Televisão e da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais.

Considerações sobre a atuação da Rádio

Hoje a Rádio Inconfidência AM, tal qual a FM, tem uma grande audiência na internet, alcançando o segundo lugar entre as rádios mineiras no quesito acesso por esse meio. Importante salientar que, com o sinal AM e Ondas Curtas – OC – (6010), alcança todo o Estado de Minas Gerais, em todos os rincões, de forma gratuita, bastando o ouvinte dispor de um aparelho de rádio para captá-la.

A Rádio Inconfidência presta um amplo serviço de utilidade pública, veiculando informações – por meio de programas semanais, programetes e inserções – de diversos órgãos públicos e de entidades privadas do Estado, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Fundação João Pinheiro, o Ministério Público, Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, os Alcoólicos Anônimos, o Conselho Regional de Psicologia, O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, além de alguns órgãos de âmbito nacional como o Sistema Nacional de Empregos – Sine. Essas ações contribuem para aumentar o acesso da população às políticas públicas em todo o Estado.

Além disso, a Inconfidência detém três canais em amplitude modulada (AM) e um canal de frequência modulada (FM), com autorização para exercer atividades comerciais. A rádio tem, portanto, uma situação especial que deve ser valorizada: uma das poucas emissoras públicas com outorga comercial, o que pode representar uma ampla possibilidade de captação financeira, por meio dos quatro canais, concomitantemente à oferta de serviços públicos.

Contexto legal e possibilidades de mudanças tecnológicas para operação da Rádio

A Rádio Inconfidência AM 880 (OC 6010 e OC 15190) é transmitida para todo o Estado de Minas Gerais e também para o interior do Brasil. Essa enorme capacidade de alcance confere à rádio seu caráter único de integração regional e nacional, o que justifica a alcunha de “o gigante do ar”.

Com a digitalização da televisão e da rádio no Brasil, foi facultado às rádios com autorização nacional e regional, caso da Inconfidência AM, migrar para a banda FM estendida, com a utilização dos canais 5 e 6 da televisão aberta. Essa migração das rádios será realizada somente após a migração de toda as emissoras de televisão aberta no Brasil.

A autorização da migração das rádios para a banda FM foi regulamentada pelo [Decreto Federal nº 8.139, de 7/11/2013](#), que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências. De acordo com o decreto, as emissoras locais são obrigadas a migrar de AM para FM o que, pela sua característica local, não significará perda de alcance ou ganho de qualidade. Entretanto, para as emissoras com a potência da Inconfidência AM essa mudança representaria enorme perda de alcance e, conseqüentemente, de seu caráter de integração estadual.

No mercado internacional existem diversos padrões para a rádio digital, como o IBOC (EUA), DAB (Noruega), CDR (China) DRM (Índia, Alemanha, China, Rússia). No Brasil dois modelos foram propostos para testes: o IBOC e o DRM. O IBOC não se sustentou, seja pela interferência com as estações analógicas já existentes, seja pela topografia. Até o momento o governo federal não se posicionou sobre qual modelo de rádio digital será adotado. Sendo assim, o investimento para migração da Inconfidência AM para a FM neste momento, além de todos os problemas levantados, pode não ser sustentável, pois será obsoleto caso o Brasil opte por outro modelo de digitalização no futuro.

A ameaça de fechamento da Rádio Inconfidência e possíveis alternativas para evitá-la

Em 2019, o governo do Estado anunciou a extinção da Rádio Inconfidência 880 AM alegando razões de ordem técnica e obrigatoriedade de cumprir as determinações da legislação federal. O governo também justificou a medida pelas dificuldades financeiras e operacionais que a Rádio AM estaria enfrentando.

Especialistas ouvidos pelas Comissões do Trabalho, Previdência e Assistência Social e de Cultura em audiências públicas realizadas em 11/4 e 22/4/2019, respectivamente, são unânimes em afirmar que a mudança – em consonância com os termos do decreto –, não é uma obrigatoriedade, mas uma faculdade porque a medida prevista no decreto federal se destinaria apenas às rádios AM de caráter local, o que não é o caso da Rádio Inconfidência.

Na audiência promovida pela Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social por iniciativa do deputado Celinho Sintrocel, a Secretaria de Cultura, representada pela sua secretária adjunta Solanda Stalckbergh Silva, mencionou, entre as justificativas para o encerramento da rádio, as dificuldades para manutenção e substituição de equipamentos obsoletos que ainda garantem o funcionamento da rádio AM. Durante a reunião, os deputados aprovaram a criação de uma Comissão de Negociação sobre o destino da rádio e uma visita técnica ao Centro de Transmissão da AM.

Na audiência promovida pela Comissão de Cultura por iniciativa do deputado Marquinhos Lemos, foram aprovados encaminhamentos de teor parecido aos da Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social, o que revela entendimento semelhante dos parlamentares em relação à situação da rádio. Durante a discussão do tema, foram solicitadas informações técnicas à EMC, ao engenheiro Enos Marcos da Mota Bastos – reconhecido engenheiro de radiofusão – e ao Sindicato dos Jornalistas. Em resposta a essa solicitação, recebemos esclarecimentos técnicos a respeito das dificuldades e das possibilidades para operacionalização do Centro de Transmissão da AM – CTAM –, que foram verificadas *in loco* pelos especialistas em visita realizada no dia 14/5/2019.

O CTAM está situado em Contagem numa área de 155 mil metros quadrados, ao lado do Ceasa. No centro, são geradas ondas médias nas frequências 880KHZ, 6010KHZ e 15190KHZ. Lá se encontram os seguintes equipamentos: um transmissor principal em 880KHZ, da marca Sender, de fabricação chilena, com potência operacional de 120KW; um transmissor reserva de 880KHZ, da marca Adema, de fabricação argentina do ano 2000; uma antena de transmissão em 880KHZ monopolo vertical de 183 metros de altura, de março de 1982; serviços auxiliares de *links*; subestações de 330 e 220 voltes trifásico; transmissor principal de 25KW 6010KHZ Philips,

valvulado e fabricado no Brasil; transmissor reserva de 5KW em 6010 CCA, de fabricação norte-americana, de 1981, também valvulado; e a estação transmissora de OC 15190KHZ CCA, de fabricação norte-americana.

O transmissor adquirido em 2001, de fabricação chilena, não é confiável e, com a falência da empresa fabricante, há sério risco para sua operação. Com dois módulos, de 60KW cada, poderia operar até 100KW, conforme a autorização de que a emissora dispõe, mas um incêndio ocorrido em 2017 tem limitado sua utilização a apenas 50KW de potência.

Os transmissores de OC, da Philips, bem como o transmissor reserva CCA, fabricado nos Estados Unidos, têm condições muito estáveis de funcionamento. Entretanto, para que atinjam sua potência máxima de 25000W, são necessários investimentos nas válvulas de reposição e que passem por manutenções corretivas e preventivas. Para a modernização do transmissor reserva CCA, poderiam ser consideradas aquisições de peças disponíveis no mercado nacional.

O transmissor CCA 15190KHZ também poderia ser modernizado com peças adquiridas ou confeccionadas no mercado nacional. Seria necessário, ainda, a realização de medição e ajustes conforme as normas técnicas vigentes para as ondas curtas e a substituição das suas válvulas, do cabo coaxial de 31/8 de polegadas, que foi danificado por um incêndio no terreno.

Com relação à subestação elétrica do CTAM, as manutenções periódicas obrigatórias não têm sido sendo realizadas e há possibilidade concreta de acidentes de trabalho, pois foi detectado vazamento de óleo. Tendo em vista as altas potências elétricas com que opera o CTAM, há grande risco de incêndio.

Medida necessária para garantir a melhoria das condições do CTAM é a capina do terreno, uma vez que o mato tomou conta de boa parte dele. A incidência de animais peçonhentos coloca em risco a segurança dos trabalhadores. Esse problema poderia ser mitigado com a capina regular de pelo menos 1/3 do terreno, cerca de 50 mil metros quadrados, que é a área operacional do CTAM.

Nesse ponto é importante destacar a abnegação com que os servidores da área técnica da rádio enfrentam toda essa adversidade para realizar o seu trabalho e possibilitar que o sinal da Rádio Inconfidência chegue a todos os lares mineiros.

Outro problema para o funcionamento do centro de transmissão é que as contas de energia elétrica não estão sendo quitadas. Os geradores do CTAM estão com os tanques cheios, mas, na ausência de energia, em um eventual corte realizada pela operadora, a autonomia da rádio seria baixíssima, limitada ao combustível armazenado no próprio CTAM.

Duas alternativas de investimentos foram apresentadas nos estudos para solucionar os problemas por que passa a Rádio Inconfidência. A primeira, mais eficaz, seria um investimento de cerca de R\$15 milhões, que garantiria a continuidade da Rádio Inconfidência com uma

transmissão segura, confiável, e a transformaria em uma das mais modernas emissoras de rádio do mundo. Outra possibilidade, mais modesta, seria a aquisição dos itens essenciais a R\$266 mil, a realização de capina regular no terreno e a quitação das contas de energia elétrica. A segunda alternativa seria um investimento de cerca de R\$620 mil a R\$900 mil reais, segundo os estudos apresentados.

Conclusão

A Rádio Inconfidência é um patrimônio cultural de Minas Gerais e sua importância precisa ser reconhecida pelos governos do Estado. Dispor de uma frequência 880MHZ quase exclusiva e de uma potência autorizada de 100KW é uma situação que todos os grandes conglomerados de comunicação no País desejariam.

Em situações de catástrofes, o rádio é o mais ágil instrumento de transmissão de informações e orientações às populações residentes em locais afastados dos grandes centros. Quando outros sistemas de comunicação entram em colapso, o rádio tem maior possibilidade de se manter em funcionamento.

Se a Rádio AM canal 880MHZ migrar para a Faixa de VHF, seja na Banda FM, seja na Banda Estendida FM (surgida a partir do desligamento dos canais 5 e 6 da atual TV analógica), seu sinal alcançará um raio máximo de 200km, ao passo que a Rádio AM canal 880MHZ com 100.000W durante a noite cobre praticamente todo o território nacional. A Rádio Inconfidência é a única emissora mineira com esse alcance. A migração para FM não só deixaria de atender ao interesse público, mas também poderia ser considerada uma renúncia patrimonial, se a concessão for devolvida ao governo federal.

Ante o exposto, os deputados que subscrevem este relatório apresentam as sugestões a seguir.

1) Providências estruturais imediatas:

- troca das válvulas dos transmissores e manutenção corretiva e individualizada dos transmissores do CTAM;
- troca dos componentes eletrônicos diversos e valores de correntes de capacitadores de radiofrequência;
- manutenção e ajustes das cargas resistivas conforme normas técnicas vigentes para as ondas médias e ondas curtas;
- operacionalização do transmissor reserva Adema 880KHZ com a devida manutenção corretiva e a restauração dos módulos de potência com troca dos transistores.

- 2) Acerto de contas entre a EMC e a Cemig, nos moldes praticados pela companhia com as rádios afiliadas à Associação Mineira de Rádio e Televisão, com a possibilidade de adoção como contrapartida a cessão de espaço de mídia da Rádio Inconfidência e TV Minas para a Cemig.
- 3) Utilização do contrato de capina de outros órgãos do governo para imediata realização da capina de pelos menos 50 mil metros quadrados no CTAM.
- 4) Efetivação da EMC como forma de criar mais sinergia entre as emissoras, reduzir custos operacionais das atividades meio e viabilizar a canalização desses recursos para atividade fim das emissoras públicas de Minas Gerais.
- 5) Criação de uma comissão de nove integrantes que em 180 dias apresente proposta para efetivação da EMC e para manutenção da programação das emissoras públicas, composta por três membros da ALMG, três membros a serem indicados pelo governo de Minas Gerais e três membros da sociedade civil, indicados pelo Sindicato dos Jornalistas, pelo Sindicato dos Radialistas e pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC.
- 6) Utilização dos espaços ociosos no Centro de Transmissão da Inconfidência FM localizado na Serra do Curral em Belo Horizonte de modo a garantir recursos financeiros para a operacionalização do CTAM.
- 7) Elaboração de um plano que viabilize o investimento de R\$15 milhões em um prazo de 24 meses na EMC, com recursos do orçamento estadual, de parceiros privados, da União e de outros órgãos e entes públicos.

Belo Horizonte, 2 de julho de 2019

Deputado Bosco
Presidente da Comissão de Cultura

Deputado Celinho do Sinttrocel
Presidente da Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social